

**SINOSSERRA FINANCEIRA S/A - SOCIEDADE DE CRÉDITO,
FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Fazem parte dessas demonstrações de 31 de dezembro de 2018:

**Balanco Patrimonial
Demonstração de Resultado
Demonstração do Patrimônio Líquido
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Notas Explicativas
Relatório de Auditoria Independente**

A administração se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos no presente arquivo.

Guilherme Zugno Reis
Diretor Responsável pela Contabilidade

Katia Cristina Reichert de Andrade
Contadora CRC-RS: 085035/O

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018)

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Com vistas à execução dos trabalhos referentes à auditoria independente voltada ao exame das demonstrações contábeis dessa Instituição Financeira, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Os trabalhos foram realizados segundo os padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral, numa base seletiva, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.

O presente relatório divide-se em:

- I - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
- II - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS**
- III - OBSERVÂNCIA DAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES E APERFEIÇOAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS**

I - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

II - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

CONGLOMERADO FINANCEIRO SINOSSERRA

Novo Hamburgo – RS

BALANÇO PATRIMONIAL - R\$ MIL

ATIVO		NE	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE			28.006	35.133
Caixa e Bancos	4		410	773
Títulos e Valores Mobiliários	5		13.137	18.679
Serviços Prestados a Receber	7		10	7
Operações de Crédito	6		11.750	12.241
Adiantamento e Antecipações Salariais			35	32
Impostos a Recuperar	8		1.010	1.426
Devedores p/ Compra de Bens - Partes Relacionadas	9		542	341
Devedores p/ Compra de Participações - Partes Relacionadas	10		895	879
Devedores Diversos - País			114	679
Despesas Antecipadas			101	6
Diversos			2	70
Não Circulante			69.180	33.171
Devedores p/ Compra de Bens - Partes Relacionadas	9		3.366	1.996
Devedores p/ Compra de Participações - Partes Relacionadas	10		6.710	7.020
Operações de Crédito	6		32.004	3.259
Impostos Diferidos a Compensar			196	201
Recursos Ajuizados Grupos Encerrados	11		10.302	9.062
Títulos e Valores Mobiliários	5		0	0
Aplicações em Quotas de Consórcios	12		200	200
Empréstimos a Grupos	13		11.194	9.923
Devedores por Depósito em Garantia			114	191
Investimentos em Imóveis			4.783	174
Imobilizado em Uso	14		236	1.087
Intangível	14		75	58
Total do Ativo			97.186	68.304

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CONGLOMERADO FINANCEIRO SINOSSERRA

Novo Hamburgo – RS

BALANÇO PATRIMONIAL - R\$ MIL

PASSIVO			
	NE	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		45.980	40.853
Recursos de aceites cambiais		8.594	117
Dividendos a Pagar		263	1.039
Fiscais e Previdenciárias	15	890	716
Provisão para Pagamentos a Efetuar		132	150
Provisão para Férias c/Encargos		70	129
Credores Diversos - País		2.395	3.098
Recursos a Devolver a Consorciados	16	32.709	34.529
Provisão p/Contingências Trabalhistas	17	426	426
Depósitos a prazo		501	
Diversas			649
NÃO CIRCULANTE		29.697	9.748
Provisão s/Lucro Diferido		1.120	0
Obrigações Ajuizadas Grupos Encerrados	18	10.302	9.062
Recursos de aceites de cambias		18.041	428
Receitas de exercícios futuros		234	258
Depósitos a prazo		5.381	
PATRIMONIO LIQUIDO		21.509	17.703
Capital Social		13.000	10.000
Reserva de Capital		510	510
Reservas de Reavaliação		0	242
Reservas de Lucros	19	7.999	6.951
Total do Passivo		97.186	68.304

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CONGLOMERADO FINANCEIRO SINOSSERRA

Novo Hamburgo – RS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS - R\$ MIL

	NE	31/12/2018	31/12/2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		6.498	6.183
RENDAS OPERAÇÕES DE CREDITO		5.494	3.437
RESULTADO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	21	1.004	2.746
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.485)	(180)
OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO NO MERCADO		(853)	82
PROVISÃO PARA CREDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA		(632)	(262)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		5.013	6.003
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(1.986)	(14.323)
RECEITA COM ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIO	20	16.567	18.083
RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO		808	125
DESPESAS DE PESSOAL		(3.911)	(5.172)
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	22	(14.015)	(19.049)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	24	(2.821)	(4.265)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		1.980	1.505
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		(1.304)	(4.842)
DESPESAS FINANCEIRAS	23	(443)	(743)
RESULTADO EXTRAORDINÁRIO		1.153	35
RESULTADO OPERACIONAL		3.027	(8.320)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		3.027	(8.320)
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	25	(740)	2.348
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	25	(421)	722
PARTICIPAÇÕES ESTATUTARIAS NO LUCRO		(5)	(3)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTARIAS NO LUCRO		(5)	(3)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		1.861	(5.253)
LUCRO POR AÇÃO		0,34	-0,96

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CONGLOMERADO FINANCEIRO SINOSSERRA

Novo Hamburgo – RS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO - R\$ MIL

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo das Atividades Operacionais	(3.733)	(6.121)
Resultado Líquido do Exercício	1.861	(5.253)
Ajustes ao Resultado:		
Resultado de exercícios futuros	(24)	13
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	632	262
Resultado Abrangente	-	10.574
Despesas de Depreciação e Amortização	52	62
Provisão para ativos diferidos	273	(33)
Baixas Imobilizado	905	22
Provisão para Contingências Trabalhistas	-	9
Impostos Diferidos a Compensar	5	(15)
 Variações no Ativo Circulante		
Títulos e Valores Mobiliários	(3.637)	(293)
Operções de Crédito	(28.886)	(10.335)
Serviços Prestados a Receber	(3)	128
Adiantamento e Antecipações Salariais	(3)	(8)
Impostos a Recuperar	416	(625)
Devedores p/ Compras de Bens	(201)	114
Devedores p/Compras Participações	(16)	(100)
Despesas Antecipadas	2	1
Devedores Diversos - País	565	(487)
Outros Créditos	5.853	3
 Variações no Passivo Circulante		
Aumento em Recursos de aceites cambiais	22.955	9.344
Fiscais e Previdenciárias	35	156
Provisão para Pagamentos a Efetuar	(18)	(128)
Provisão Férias e 13º Salário	(59)	27
Credores Diversos - País	(1.289)	2.243
Recursos a Devolver a Consorciados	(1.820)	(13.824)
Aumento/Redução em outras obrigações	76	362
 Variações no Ativo Não Circulante		
Devedores p/ Compra de Bens	(1.370)	1.802
Devedores p/Compras Participações	310	(553)
Aplicações em Cotas de Consórcios	-	1.747
Empréstimos a Grupos	(1.271)	(1.478)
Devedores por Depósito em Garantia	77	142

Variações no Passivo Não Circulante		
Fiscais e Previdenciárias	847	-
Fluxo das Atividades de Investimento	(6.978)	(10.180)
Títulos e Valores Mobiliários	(2.246)	(9.911)
Investimentos em Imóveis	(4.609)	(174)
Aquisição de Imobilizado	(94)	(93)
Aquisição de Intangível	(29)	(2)
Fluxo das Atividades de Financiamento	1.169	(5.055)
Custo Venda de Ações em Tesouraria		
Ganho com Venda de Ações em Tesouraria		(295)
Dividendos Propostos/Pagar	(1.039)	-
Dividendos Suplementares	(6)	(4.058)
Juros sobre Patrimônio	(786)	(702)
Aumento de capital	3.000	
Variações do Caixa e Equivalentes de Caixa	(12.542)	(21.356)
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No Início do Exercício	18.109	39.465
No Final do Exercício	8.567	18.109
Variações do Caixa e Equivalentes de Caixa	(9.542)	(21.356)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

	Capital Social	Reserva Capital	Reservas	Reservas Estatutárias	Reserva Legal	Aumento de Capital	Lucros/Prejuízos Acumulados	Lucros Retidos	Lucros Acumulados	Totais
			de reavaliação							
Saldo em 31/12/2016	10.000	510	242	37	782	771	230	5.609	0	18.181
										0
Pagamentos Dividendos Suplementares									(4.000)	(4.000)
Reversão Reserva de Lucros Retidos								(4.000)	4.000	0
Resultado do Período									10.816	10.816
Baixa por venda									(5.495)	(5.495)
Reserva estatutária				172					(172)	0
Resultados venda de ações tesouraria									(702)	(702)
Destinação do Resultado										0
Reserva de Lucros Retidos								3.120	(3.120)	0
Reserva Legal					230				(230)	0
Dividendos Propostos									(1097)	(1.097)
Saldo em 31/12/2017	10.000	510	242	209	1.012	771	230	4.729	0	17.703
										0
Resultado do Período									1.861	1.861
Reserva de Lucros Retidos									(788)	(788)
Aumento de Capital	3.000									3.000
Reservas estatutárias				17					(17)	0
Reserva legal					1				(1)	0
Distribuição de dividendos								788	(269)	519
Realização de reserva			(242)					242		0
Juros sobre capital próprio									(786)	(786)
										0
Saldo em 31/12/2018	13.000	510	0	226	1.013	771	230	5.759	0	21.509

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CONGLOMERADO FINANCEIRO SINOSSERRA

Novo Hamburgo – RS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (EM R\$ MIL)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conglomerado Sinosserra (“Conglomerado Financeiro Sinosserra”), em 2018 opera no mercado financeiro, atuando principalmente com operações de crédito, financiamento e captação e administração de consórcio para aquisição de bens.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONGLOMERADAS

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 4.280/2013 do CMN e Circular nº 3.701/2014 do BACEN, e não se confundem com as demonstrações financeiras individuais para fins gerais, que são objeto de outros normativos do BACEN.

Conforme determinam a Resolução nº 4.280/2013 do CMN e Circular nº 3.701/2014 do BACEN, que, dentre outras coisas, requer a consolidação de fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, sendo que ambas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e premissas estabelecidas com base em julgamento. Estas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões de perdas com operações de crédito e para contingências, impostos diferidos, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

Essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem as demonstrações financeiras das seguintes Empresas:

Empresas	Atividades	Domicílio	Controladas	Participação conglomerado - % (direta e indireta)
Sinosserra Administradora de Consórcios S.A.	Administradora de Consórcios	Brasil	-	100%
Sinosserra Financeira S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	Operações de crédito, financiamento e investimento	Brasil	-	100%

Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais das Empresas do Grupo em 2018:

Empresas	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
Sinosserra Administradora de Consórcios S.A.	60.210	47.443	12.767	1.837
Sinosserra Financeira S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	49.236	40.494	8.742	24
Ajustes e Eliminações	12.260	12.260		911
Demonstrações financeiras conglomeradas	97.186	75.677	21.509	950

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial prevê a eliminação de saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata dia” para as de natureza financeira.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e freqüentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;

Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. Essas operações estão classificadas no realizável a longo prazo.

As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("Impairment")

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08. Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente.

g) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e, incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transações diretamente atribuíveis.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descrito abaixo:

g.1) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado, se a Empresa gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

g.2) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado, por meio de utilização do método de taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

h) Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio de a utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos contratuais. A empresa não identificou valores no longo prazo e, relevantes no curto prazo, a serem ajustados ao valor presente.

i) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

j) Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção. Nos termos da Lei nº. 11.638/2007, as depreciações dos ativos foram computadas com base na vida útil do bem, de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 13, considerando o valor residual esperado. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e, custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e provisão perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são representados por aquisições de software e taxas de manutenção de marca.

k) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício e a contribuição social pela alíquota de 20% nas financeiras e 9% nas não financeiras.

l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES

São representados por disponibilidades em moeda nacional que são utilizados pelas instituições para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

NOTA 5 – TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS

As aplicações financeiras estão classificadas conforme disposição abaixo:

<u>Títulos e Valores Mobiliários</u>	<u>31/dez/18</u>	<u>31/dez/17</u>
Cotas de Fundos de Investimentos	13.137	13.004
Títulos de Renda Fixa		5.675
Total de Títulos e Valores Mobiliários	13.137	18.679

NOTA 6 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Na Financeira a composição da carteira de operações de crédito e a provisão por nível de risco está demonstrado a seguir:

Nível de risco	% Provisão	31/12/2018		31/12/2017	
		Saldo Carteira	Prov. (-)	Saldo Carteira	Prov. (-)
A	0,5%	34.036	(170)	14.683	(73)
B	1,0%	8.271	(83)	707	(7)
C	3,0%	1.387	(42)	96	(3)
D	10,0%	195	(19)	20	(2)
E	30,0%	190	(57)	54	(16)
F	50,0%	35	(17)	47	(24)
G	70,0%	97	(68)	28	(19)
H	100,0%	187	(188)	121	(121)
Total		44.398	(644)	15.756	(265)

Abertura por ramo de atividade:

	Pessoa Física	Pessoa Jurídica
Setor privado comércio		5.855.306,65
Setor privado indústria		45.330,87
Setor privado intermediário financeiro		3.460,77
Setor privado outros serviços		4.943.584,83

Setor privado pessoas físicas	155.171,65	
Setor privado rural		2.866,81
Outros	33.392.512,38	
Total Geral	33.547.684,03	10.850.549,93

NOTA 7 – SERVIÇOS PRESTADOS A RECEBER

Nessa rubrica temos na Sinosserra Consórcio o valor de R\$ 10 mil referente Taxa de Administração remanescente do último dia do ano e não recebida pela administradora.

NOTA 8 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Abaixo segue a composição dos impostos a recuperar registrados nessa rubrica:

<u>Impostos a Recuperar</u>	<u>31/dez/2018</u>	<u>31/dez/2017</u>
Impostos diferidos a compensar	1.010	1.426
Saldo negativo exercícios anteriores		0
Total Impostos a recuperar	1.010	1.426

NOTA 9 - DEVEDORES P/ COMPRA DE BENS

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber na Sinosserra Administradora de Consórcios S/A, referente à venda de imóveis não de uso. As parcelas são atualizadas pelas variações do IGP-M.

NOTA 10 - DEVEDORES P/ COMPRA DE PARTICIPAÇÕES

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber pela venda da participação na empresa Guaibacar Veículos e Peças Ltda, valor de R\$ 450, para a sua controladora, Companhia de Participações Sinosserra, sendo que a última parcela vence em abril de 2020. Também está registrado nessa conta o valor de R\$ 5.654 referente a venda da participação na empresa Therreno participações Ltda em junho de 2016 a empresa Themar Participações Ltda. As parcelas são remuneradas pela variação do IPCA mais juros de 0,5% ao mês.

NOTA 11 - RECURSOS AJUIZADOS GRUPOS ENCERRADOS

Os recursos ajuizados são valores a receber e bens apreendidos, referentes a grupos encerrados, cujos controles encontram-se na Administradora, estando esta obrigação registrada na conta "Obrigações Ajuizadas de Grupos Encerrados – Passivo Não Circulante".

NOTA 12 - APLICAÇÕES EM QUOTAS DE CONSÓRCIOS

Trata-se de aplicações em cotas de consórcios, onde a Administradora somente irá resgatar os valores após a contemplação de todos os demais participantes.

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS A GRUPOS

Referem-se a valores aportados nos grupos de consórcios. Na medida em que os recursos são cobrados os mesmos são devolvidos para a Administradora.

NOTA 14 - IMOBILIZADO E INTAGÍVEL

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição e a depreciação é calculada de acordo com a vida útil estimada dos bens. A composição do imobilizado na data do Balanço bem como as depreciações encontram-se demonstradas a seguir:

	Taxa Depreciação	Saldo Residual 31/12/2017	Aquisições	Outros Movimentos	Saldo final 31/12/2017	Depreciação Acumulada	Saldo Residual 31/12/2018
Terrenos	-	305		305	0		0
Prédios e Benfeitorias	4%	432		102	330	330	0
Veículos	20%	118		21	97	4	93
Computadores e periféricos	20%	92	19	84	27	9	18
Móveis e utensílios	10%	140	6	17	129	4	125
Total do Imobilizado		1087	25	529	583	347	236
	Taxa Depreciação	Saldo Residual 31/12/2017	Aquisições	Outros Movimentos	Saldo final 31/12/2017	Amortização Acumulada	Saldo Residual 31/12/2018
Marcas e Patentes	20%	58		34	92	17	75
Processamento de Dados		0					0
Total do Intangível		58	0	34	24	17	75
TOTAL		1.145	25	563	607	364	311

NOTA 15 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS E RPROVISÕES DIVERSAS

Abaixo seguem obrigações a pagar:

Obrigações Sociais e Fiscais	31/dez/18	31/dez/17
Imposto de renda retido na fonte	119	147
Retenções e Contribuições	2	125
INSS a recolher	62	113
ISS a recolher	83	96
FGTS a recolher	6	36
PIS e COFINS a recolher	159	166
Provisão para Pagamentos	396	
Obrigações com salários	63	77
Total Obrigações Sociais e Fiscais	890	760

NOTA 16 – RECURSOS A DEVOLVER CONSORCIADOS

Nesta conta são registrados os recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos quando do encerramento do grupo, representados por valores efetivamente recebidos para aquisição do bem e fundo de reserva, acrescidos da remuneração contratual.

NOTA 17 - PROVISÕES TÉCNICAS E TRABALHISTAS

As ações judiciais (trabalhistas) foram provisionadas com base em opinião de assessores jurídicos, quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável (perda em primeira instância ou instâncias superiores).

NOTA 18 - OBRIGAÇÕES AJUIZADAS GRUPOS ENCERRADOS

As obrigações ajuizadas são valores registrados na empresa Sinosserra Administradora de Consórcios e referem-se a receber e bens apreendidos, referentes a grupos encerrados, cujos controles encontram-se na Administradora.

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) CAPITAL SOCIAL**

A Sinosserra Financeira S/A – CFI, teve suas atividades iniciadas em novembro de 2015, tendo a constituição do capital nesse mesmo ano no valor de R\$ 8.500 mil.

A Sinosserra Administradora de Consórcios S.A. – Tem seu capital totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 4.500 mil ações, todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) RESERVAS DE REAVLIAÇÃO

A Sinosserra Administradora de Consórcios S/A possui nessa rubrica valores de reavaliação de seus imóveis levando os mesmos a valor de mercado.

c) RESERVAS DE LUCROS

A Reserva de Lucros é composta da forma abaixo:

	<u>31/dez/18</u>	<u>31/dez/17</u>
Reserva legal	997	1.013
Reservas estatutárias	7.002	5.938
Reserva para aumento de capital social	772	771
Reserva para amortização de prejuízos	230	230
Reserva para Lucros Retidos	6.000	4.729

NOTA 20 - RECEITA COM ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIO

A empresa Sinosserra Administradora de Consórcios tem por objeto a administração de grupos de consórcios, reunião de pessoas em grupo, com prazo de duração e número de cotas previamente determinados, com a finalidade de propiciar aos seus integrantes, a aquisição de bens ou serviços, por meio de autofinanciamento. A Receita de Prestação de Serviços auferida pela empresa é a remuneração pela administração mencionada acima.

NOTA 21 - RENDAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Abaixo segue a composição das rendas de títulos e valores mobiliários registrados nessa rubrica:

	Sinosserra Consórcios		Sinosserra CFI	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Aplicação em RDB	230	549		
Fundos de Investimento	614	2.083	160	114
	844	2.632	160	114

NOTA 22 - DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS

Abaixo segue a composição das despesas operacionais e administrativas registradas nessa rubrica:

<u>Despesas Operacionais e Administrativas</u>	<u>31/dez/18</u>	<u>31/dez/17</u>
Despesas Fixas	467	534
Despesas Semi-fixas	6.729	10.507
Despesas Variáveis	6.819	8.008
Total Despesas Operacionais e Administrativas	14.015	19.049

NOTA 23 - DESPESAS FINANCEIRAS

Abaixo segue a composição das despesas financeiras registradas nessa rubrica:

<u>Despesas Financeiras</u>	<u>31/dez/18</u>	<u>31/dez/17</u>
Juros e despesas financeiras	291	481
Variação monetária	152	262
Total Despesas Financeiras	443	743

NOTA 24 - DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Abaixo segue a composição das despesas tributárias registradas nessa rubrica:

<u>Despesas Tributárias</u>	<u>31/dez/18</u>	<u>31/dez/17</u>
PIS/COFINS	1.884	1.058
Impostos Municipais	868	910
Contribuição Sindical	0	0
Taxa de Fiscalização	0	0

Outros Impostos	69	2.297
Total Despesas Tributárias	2.821	4.265

NOTA 25 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de renda e contribuição social são compostos conforme segue:

<u>IRPJ e CSLL</u>	<u>31/dez/18</u>	<u>31/dez/17</u>
IRPJ	(740)	(2.348)
CSLL	(421)	(722)
Total do IRPJ e CSLL	(1.161)	(3.070)

NOTA 26 - LIMITE OPERACIONAL (Acordo de Basiléia)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a instituição encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura do ativo, diretrizes estabelecidas pelas Resoluções do CMN nºs 4.192, de 01/03/2013 e 4.193, de 01/03/2013 complementadas pela normatização emitida pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 27 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

O Grupo Sinosserra possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos, composto pelos membros de sua Diretoria, cada risco conta com um diretor responsável, devidamente registrado no BACEN. A Instituição preza pelo monitoramento constante de seus riscos estabelecendo políticas e práticas que resultem na maximização da eficiência no uso do capital contribuindo para a escolha das oportunidades de negócios.

Os principais fatores de risco que afetam os negócios da Financeira podem ser considerados como:

I – RISCO DE CREDITO

O Grupo Sinosserra, em consonância com a Resolução nº 3.721 do Banco Central do Brasil, e visando atender a todos os requisitos regulatórios, possui adequada estrutura de Gestão do Risco de Crédito, que permite o controle dos possíveis riscos em que a Financeira esteja incorrendo, compreendendo principalmente procedimentos que são analisados periodicamente pelo Comitê de Crédito.

II – RISCO OPERACIONAL

O estabelecimento de controles internos é fundamental para a gestão eficiente do risco operacional, logo, o Grupo Sinosserra avalia todos os produtos, serviços, processos, sistemas, unidades/atividades e pessoas sob o enfoque de risco operacional.

III – RISCO DE MERCADO

O Grupo Sinosserra avalia mensalmente o comportamento das taxas de juros projetadas para os próximos anos e a sua relação com as taxas pré-fixadas utilizadas pela Instituição, visando minimizar ou eliminar riscos de variação que prejudiquem o resultado da instituição.

A mitigação deste risco tem como componente a diversificação dos riscos e estabelecimento de spreads mínimos pretendidos nas operações/produtos, mantendo equilíbrio na relação risco/retorno.

IV – RISCO DE LIQUIDEZ

O Grupo Sinosserra entende que é imprescindível a manutenção de nível adequado de recursos líquidos disponíveis para o normal funcionamento da Financeira. Adicionalmente, a instituição dispõe de alternativas que atendam, prontamente, situações incomuns de necessidades de caixa, em pontos de extrema relevância para os negócios.

V – RISCO DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Para assegurar a existência de uma estrutura de gestão de capital a Instituição realiza a definição de metas e limites que possibilite o monitoramento e controle do capital e das exposições aos riscos, de forma a verificar se os seus resultados alcançados e a serem realizados estão em consonância com essas metas e limites estabelecidos.

III-OBSERVÂNCIA DAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES E APERFEIÇOAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

No que se refere a observância das normas legais e regulamentares bem como recomendações para o aperfeiçoamento dos controles internos da instituição, nada de relevante foi detectado que merecesse qualquer tipo de menção ou comentário.

MICHELON Auditores e Consultores SS
CRCRS 4.626

Vicente Michelin
CRC-RS 052.365/O-8